



MULHERES NEGRAS, SUBJETIVAÇÃO E TRAUMA COLONIAL: BEM VIVER E FUTURIDADE

Ludmilla Lis Andrade de Lima¹

Mestra em Relações Étnico-Raciais, Cefet/RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Fátima Lima²

*Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, Programa de Pós-Graduação em Relações
Étnico-Raciais – Cefet/RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

Luiza Rodrigues de Oliveira³

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Niterói, RJ, Brasil

Resumo: A relação entre racialidade negra e subjetivação é fundamental na construção e vivências das mulheres negras, fazendo ver e dizer um racismo genderizado que tem situado as mulheres negras em diferentes lugares marcados por eixos de opressão nos diagramas de poder. Portanto, este artigo, ao partir da relação entre racialidade negra, gênero e subjetivação na experiência vivida dessas mulheres negras na diáspora africana, discute como o trauma colonial pode ser devolvido ao mundo criando possibilidades de uma futuridade diferente, nesse mundo que é responsável por criá-lo e reencená-lo, reproduzindo, assim, a violência genderizada. Para tanto, o presente artigo toma como lugar metodológico as narrativas de 07 (sete) mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, utilizando a escrevivência e as narrativas escrevíveis como lentes epistemo-metodológicas. Este trabalho tem o objetivo de entender as vivências desse trauma nas experiências dessas mulheres, abrir um caminho para a reinscrição de suas vidas recusando a violência total e o excesso em seus corpos como possibilidades de construir um bem-viver.

Palavras-Chave: racialidade, subjetivação, gênero, trauma colonial, futuridade.

BLACK WOMEN, SUBJECTIVATION AND COLONIAL TRAUMA: GOOD LIVING AND FUTURITY

¹ Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER-Cefet/RJ). E-mail: ludmillalis@yahoo.com.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7249-7162>

² Professora Associada do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Professora do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PIPGLA/UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais - PPRER-Cefet/RJ. E-mail: fatimalima4@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9449-2514>

³ Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFF. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Ensino de Ciências da Natureza - UFF. E-mail: luizaoliveira@id.uff.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2264-1258>

Abstract: The relationship between black raciality and subjectivation is fundamental in the construction and experiences of black women by showing and speaking of a gendered racism that has placed black women in different places marked by axes of oppression within the diagrams of power. This article, starting from the relationship between black raciality, gender and subjectivation in the lived experience of these black women in the African diaspora, discusses how colonial trauma can be returned to the world, creating possibilities for a different futurity, in this world which is responsible for creating and reenacting it, thus reproducing gendered violence. Therefore, this article uses the narratives of 07 (seven) black women in the city of Rio de Janeiro as methodology, their writing experiences by writing narratives as epistemo-methodological lenses. This work aims to understand these women's trauma experiences, opening a way for the reinscription of their lives, by refusing the complete violence and excess in their bodies as possibilities to build well-being.

Keywords: raciality, subjectivation, gender, colonial trauma, futurity.

MUJERES NEGRAS, SUBJETIVACIÓN Y TRAUMA COLONIAL: BUEN VIVIR Y FUTURO

Resumen: La relación entre racialidad negra y subjetivación es fundamental en la construcción y vivencias de las mujeres negras, mostrando y diciendo un racismo generizado que ha colocado a las mujeres negras en distintos lugares marcados por ejes de opresión en los diagramas de poder. Por lo tanto, este artículo, a partir de la relación entre la racialidad negra, el género y la subjetivación en la experiencia vivida por estas mujeres negras en la diáspora africana, discute cómo el trauma colonial puede ser devuelto al mundo, creando posibilidades para un futuro diferente, en este mundo. que se encarga de crearla y recrearla, reproduciendo así la violencia de género. Por lo tanto, este artículo toma como lugar metodológico las narrativas de 07 (siete) mujeres negras en la ciudad de Río de Janeiro, utilizando la escritura y las narrativas de escritura como lentes epistemo-metodológicos. Este trabajo tiene como objetivo comprender las vivencias de ese trauma en las vivencias de estas mujeres, abriendo un camino para la reinscripción de sus vidas, rechazando la violencia total y el exceso en sus cuerpos como posibilidades para construir una buena vida.

Palabras-clave: racialidad, subjetivación, género, trauma colonial, futuridad.

FEMMES NOIRES, SUBJECTIVATION ET TRAUMA COLONIAL: BIEN VIVRE ET FUTURITÉ

Résumé: La relation entre racialité noire et subjectivation est fondamentale dans la construction et les expériences des femmes noires, montrant et disant un racisme genre qui a placé les femmes noires à différents endroits marqués par des axes d'oppression dans les schémas de pouvoir. Par conséquent, cet article, partant de la relation entre la race noire, le genre et la subjectivation dans l'expérience vécue de ces femmes noires de la diaspora africaine, discute de la manière dont le traumatisme colonial peut être renvoyé dans le monde, créant des possibilités pour un futur différent, dans ce monde. responsable de la créer et de la rejouer, reproduisant ainsi la violence sexiste. Par conséquent, cet article prend comme lieu méthodologique les récits de 07 (sept) femmes noires de la ville

de Rio de Janeiro, en utilisant l'écriture et les récits d'écriture comme lentilles épistémologiques. Ce travail vise à comprendre les vécus de ce traumatisme dans le vécu de ces femmes, ouvrant une voie à la réinscription de leur vie, refusant la violence totale et l'excès dans leur corps comme possibilités de construire une vie bonne.

Mots-clés: racialité, subjectivation, genre, traumatisme colonial, futurité.

INTRODUÇÃO

Em meio à sociedade, me vejo sendo pressionada duas vezes: Por ser negra e mulher. Não é fácil você crescer ouvindo: “Não pode fazer isso, porque você é mulher” ou então: “Essa cor de roupa não é boa por causa da sua cor!” (...) Quando criança o machismo era muito forte e as mulheres não tinham voz. Me sentia presa de todas as formas! Era angustiante (Fragmento da narrativa de PONCIÁ).

A epígrafe que abre nossa introdução traz a voz de uma de nossas narradoras, a qual demos o nome de Ponciá⁴. Nela, evidente, no mínimo, o duplo desafio em ser mulher e negra, dupla opressão marcada, principalmente pelo racismo e pelo sexismo, opressões produzidas pelos diagramas do poder branco sobre os corpos/subjetividades das mulheres negras.

Pelo exposto, talvez se conclua que a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente as estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir na formação social capitalista e racista como a nossa (GONZALEZ, 2020, p. 62)

Ao fazermos encontrar a fala de Ponciá com a de Lélia Gonzalez, marcamos os sentidos de trauma e de futuridade que anunciamos neste texto. Não se trata do trauma do objeto do desejo para sempre perdido e nem do trauma de uma experiência vivida somente nos tempos da escravização, mas do processo de racialização reatualizado continuamente pela interiorização da epidermização – em uma forma de subjetivação que se dá pelo binarismo negro/branco, em que o branco é forjado como sujeito universal.

Ao questionar, tal como Fanon (2008), como saímos desse impasse, Hall (2006) nos ajuda a entender o sentido de trauma e necessariamente o sentido de subjetivação, que, ao ser anunciada por ele como um processo histórico que não está em “algum lugar

⁴ As mulheres narradoras são nomeadas neste artigo com referência a personagens importantes da literatura afro-americana e afro-brasileira, bem como o nome de algumas mulheres reais, de alta relevância para os movimentos de mulheres negras.

do passado”, mas continuamente sujeito aos jogos racializados do poder e da cultura, configura-se como “tornar-se”, não como “[...] o que está a espera de ser descoberto e que, uma vez encontrado, assegurará para todo o sempre a estabilidade do nosso sentido de nós próprios” (HALL, 2006, p. 24). Nessa crítica às subjetividades substancializadas, trazida tanto por Fanon quanto por Hall, a fala de Ponciá é ensinamento, pois também rompe com a substancialização ao anunciar a não separação entre raça e gênero, tal como fazem as feministas negras, ao inscreverem “[...] o gênero na raça, colocando em perspectiva a opressão das mulheres sob o sistema do patriarcado e, ao mesmo, não perdendo de seu horizonte a correlação entre racismo e capitalismo [...]” (FLOR, KAWAKAMI E SILVÉRIO, 2020, p. 1292). E assim os feminismos negros são determinantes para dessubstancializar a subjetividade.

Ainda com esse aporte da subjetivação como processo, assinalamos que as experiências subjetivas das mulheres negras não são iguais, mas são marcadas por um “em-comum” que acabam criando um campo cujas opressões se encontram, dialogam e constroem formas coletivas de re-inscrever as vidas femininas negras em outros lugares. Por isso, não falamos mulher negra, mas mulheres negras; trata-se de uma experiência singular, mas também coletiva e ancestral, porém não substancializada, mas ritualizada na experiência vivida do povo negro. Agora quem nos ensina é Conceição Evaristo e sua Ponciá Vicêncio:

Quando finalmente o trem que passava pela Vila Vicêncio apontou na curva e veio parando devagar, Ponciá subiu e sentou-se. Tinha os sentimentos confusos. Não queria ir, não queria ficar. Ia, a sua casa estava vazia dos vivos e dos mortos [...] tinha voltado para buscar os seus. Se eles estivessem por lá e não quisessem ir, ela teria ficado, quem sabe? Mas não encontrou ninguém. Ela só os percebeu à noite, mas, entretanto, precisava deles todo o dia, todo o sempre. Era preciso então continuar a viagem e descobrir onde eles tinham feito nova moradia. Tinha de encontrar os vivos e os mortos, em algum lugar. Estava só, estava vazia [...] Que pessoas vivas ou mortas? Correu lá no fundo da casa, no seu quarto de empregada, e tirou o homem barro de dentro da trouxa. Cheirou o trabalho, era o mesmo odor da mão. Ah! Então era isso! Era o Vô Vicêncio que tinha deixado aquele cheiro. Era de Vô Vicêncio aquele odor de barro! O homem chorava e ria. Ela beijou respeitosamente a estátua sentindo uma palpável saudade do barro. Ficou por uns instantes trabalhando uma massa imaginária nas mãos. Ouviu murmúrio, lamentos e risos... Era Vô Vicêncio. Apurou os ouvidos e respirou fundo. Não, ela não tinha perdido os contatos com os mortos [...] (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2017, p. 55 e 65)

Sobre a perspectiva de futuridade, que permite a construção de formas de pertencimento num mundo que tem sido pensado e construído tendo como base a

exploração e morte dos corpos negros, torna-se imperativo conjurar novas formas de convivência e vida que pressuponham a plenitude do “poder ser”, desapegado dos imaginários socioconstruídos, e que trabalham para a manutenção do racismo e para o adoecimento das comunidades negras. Pensar um futuro é ir de encontro ao fim desse como o conhecemos. Talvez esse futuro desejado seja simples e não nos traga nenhuma surpresa, pois seria apenas a realização de um passado que nos foi tomado e segue suprimido pelas políticas raciais de morte em nosso país. Seguimos no intento de planejar, firmar e amarrar o futuro, que, no tempo espiralar das culturas africanas, pode significar o reinício da humanidade com uma perspectiva afrocentrada.

Nas palavras de Leda Maria Martins, encontramos o sentido de futuridade na agência dos povos negros e de suas epistemologias, seus saberes.

[...] no seio mesmo das sociedades ocidentais, sobrevivem outros modos de conceber, experimentar e vivenciar o tempo e, também, de expressá-lo como linguagem [...] apesar de toda a repressão, o que a história nos ostenta é que, por mais que as práticas performáticas dos povos indígenas e dos povos africanos fossem proibidas, demonizadas, coagidas e excluídas, essas mesmas práticas, por vários processos de restauração e de resistência, garantiram a sobrevivência de uma *corpora* de conhecimento como resistiu às tentativas de seu total apagamento, seja por sua camuflagem, por sua transformação, seja por inúmeros modos de recriação que matizaram todo o processo de formação das híbridas culturas americanas (MARTINS, 2021, p. 30 e 35)

Falar de futuridade nos obriga a pensar o planejamento do presente, que está em ruínas. As mulheres negras têm se organizado por séculos exatamente com o intuito de conjurar futuros possíveis que permitam a expressão de suas identidades e processos de subjetivação, bem como o de toda a comunidade negra. Autocuidado e longevidade também acenam como perspectivas imanentes à experimentação de um bem viver.

As mulheres negras têm sido pensadas a partir do patriarcado branco e da branquitude, figurando como corpos não existentes (femininos), dissidentes de corpos descartáveis (masculinos) numa sociedade que binariza seus sujeitos e demarca uma serialização de performances de gênero. O pensamento europeu consolidou um modelo de mulher que sempre subjugou e secundarizou as mulheres brancas. As negras sequer foram cogitadas como sujeitas dessa sociedade moderna. Pensar futuridade, para essas mulheres, pressupõe protagonizar uma existência outrora desmantelada pelo poder patriarcal, construir bases sólidas para as mais diversas vivências individuais e coletivas

e ressignificar as experiências interseccionais de ser mulher negra nessa sociedade, enquanto se constrói outra em que caibamos todes.

Refletindo a filosofia do bem viver, apontamos as acepções do termo vindas de um pensamento tradicional indígena que lida com o presente como dádiva do tempo. Na maior parte das culturas indígenas, a ideia de futuro não existe. Os povos originários se relacionam com o tempo de forma a aprimorar suas experiências no tempo presente, no hoje. A ideia de futuro pode estar distante, o que não significa deixar de pensar numa futuridade.

Em entrevista ao canal de Daniel Munduruku no Youtube⁵, o escritor e influenciador Kaká Werá Jecupé relaciona os quatro pilares fundamentais de uma filosofia do bem viver, segundo os povos originários: a relação com a natureza, ancestralidade, diversidade e inclusão. Se pensarmos no percurso das mulheres negras em solo brasileiro, e também – respeitando os contextos históricos – em outros países, entendemos que a ideia de bem viver está intimamente ligada ao diálogo com o espaço ao redor; ao respeito às que vieram antes de nós (como disse Jurema Werneck – nossos passos vêm de longe), às experiências dos corpos dissidentes LGBTQIA+, às redes de pertencimento... A filosofia do bem viver pressupõe um mundo livre do capitalismo, livre de sistemas alicerçados no acúmulo e no domínio dos bens naturais e dos seres humanos.

Enquanto refletimos os eventos raciais cotidianos através das histórias trazidas por nossas participantes, conjuramos novas dimensões e investimos na reinvenção do tempo/espaço permeado pela ideia de longevidade.

Reconhecemos o caráter localizado e singular deste artigo circunscrito a uma pesquisa e a um universo muito particular de narradoras (07 (sete) mulheres negras no município do Rio de Janeiro), no entanto ressaltamos sua importância para pensarmos as práticas discursivas presentes sobre as mulheres negras em diferentes contextos brasileiros.

As reflexões e discussões centrais dar-se-ão sobre como é viver nomeada enquanto uma mulher negra, tendo como lente analítica a ideia de ferida e trauma colonial e como esse processo tem atingido às vidas dessas mulheres de diferentes formas, mas sempre marcado pelo em comum da violência e da brutalidade da colonialidade sobre os corpos das mulheres negras e racializadas.

⁵ Ver entrevista na íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=wJS1YbT-Lhg&t=423s> Acesso em 14/07/22 às 13h55min.

Partindo dessa ideia central, nosso objetivo é partilhar uma análise crítica que contribua com o dismantelamento do imaginário brasileiro que coloca as mulheres negras em posição de alienação, analisando como as práticas racistas impactam suas vidas, as invisibilizam e contribuem para sua subalternização e sofrimento psíquico.

Nosso objetivo contempla também trazer à tona as persistências das vidas femininas e negras, evidenciando que uma discussão que tome a reparação étnico-racial bem como as possibilidades de pensar um futuro não podem prescindir das vidas e subjetividades das mulheres negras, as quais, se tomarmos o corpo da cativa, têm sido um lugar de uma experiência da violência e do seu excesso, portanto as vidas das mulheres negras acabam colapsando os vãos e o texto moderno, como nos aponta Denise Ferreira da Silva (2019) em *A Dívida Impagável*.

No Brasil, a velha pirâmide econômica que evidencia que lugar ocupa o povo negro na sociedade continua sendo atualizada e reatualizada, porém determinadas categorias permanecem estagnadas.

É o caso das mulheres negras, a quem o racismo estrutural atinge ainda mais, determinando que seus salários, suas oportunidades de emprego, seu direito à saúde, sua expectativa de vida, seu poder de compra etc. serão sempre menores do que os dos homens e mulheres brancos e dos homens negros (ALMEIDA, 2018, p.113).

Os quase 400 anos de genocídio do povo negro, todos já sabemos. O que desejamos é discutir sobre a sujeita negra perante seus novos lugares no mundo. Essa sujeita negra tem sido falada, moldada, dita, desdita, e construída de diversas formas, por diversos povos, e todas as acepções, que apontam quase sempre para um ser-negra que não possui uma humanidade “completa”, sempre um arremedo do branco, como diria Fanon (2008). A elite brasileira, formada em sua maioria por não-brasileiros e descendentes de europeus, foi arquitetando a exclusão e construindo um “apartheid geográfico” em que negros e negras, para sobreviver, tiveram de buscar estratégias para a manutenção de suas vidas e de seus descendentes.

Como último país a abolir a escravização como atividade econômica nas Américas, o Brasil sempre esteve atrás nas questões de direitos iguais entre mulheres e homens, quicá entre negras(os) e brancas(os). As exigências das mulheres negras foram sendo empurradas para discussão dentro dos pequenos grupos, das grandes discussões,

das casas das mulheres brancas, dos escritórios dos homens brancos, para as reuniões das instituições, para as igrejas, tudo com muito esforço e diversos entraves.

Neste sentido, este artigo toma a ideia de *trauma* como o resultado causado pelo contato diário com a branquidade, pela vivência desse cotidiano de palavras não-ditas, de atos que se dizem não pensados, mas que funcionam como estratégias de reatualização do racismo. Estratégias que, por vezes, nos paralisam, nos chocam e nos recolocam a máscara de flandres, usada para a interdição de nossa voz, como bem ressalta Grada Kilomba (2019):

A necessidade de transferir a experiência psicológica do racismo para o corpo expressa a ideia de trauma no sentido de uma experiência indizível, um evento desumanizante, para o qual não se tem palavras adequadas ou símbolos que correspondam. Geralmente, ficamos sem palavras, emudecidas/os. A necessidade de transferir a experiência do racismo para o corpo – a soma – pode ser vista como uma forma de proteção do eu ao empurrar a dor para fora (somatização). (KILOMBA, 2019, p.161).

De acordo com Grada Kilomba, em seu capítulo intitulado “A Máscara”, parte inicial de seu *Memórias da Plantação – Episódios do racismo cotidiano* (2019), o negro lida até hoje com a interdição. Quer seja da fala, do gesto, do pensamento e do ser. A máscara de flandres, objeto de tortura usado por mais de 300 anos e reconhecido como um dos mais cruéis no período de escravização dos corpos negros, trazia não só a impossibilidade de alimentação, mas a real interdição da fala. Sob a ótica das mulheres negras, o que poderia ser dito que deve ainda ser impedido?

(...) por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria que ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos (KILOMBA, 2019, p.41).

São essas as inquietações que nos trazem até aqui – investigar e discutir o que foi silenciado, o porquê e como “destravar” essa fala forjando um futuro em que mulheres negras sejam protagonistas. Acreditamos que essa memória de um povo que foi assaltado, sequestrado e teve seu passado apagado e diluído pode ser “recomposta”, pode ser visitada e consultada, não como reprodução da verdade, mas como uma dimensão de um passado que foi também sequestrado, e que une o sujeito escravizado, seus ancestrais e

também seus irmãos do futuro. Essa é para nós a ideia que une as experiências das mulheres negras, o trauma colonial, mas acima de tudo o bem viver, como tem sido conclamado por elas, enunciação vital para pensarmos a futuridade livre das opressões raciais genderizadas.

ESPIRAIS METODOLÓGICAS – NARRAÇÃO, MEMÓRIA E VESTÍGIOS

A metodologia adotada e que embasa este artigo tem como cerne a escrevivência enquanto uma ferramenta epistemo-metodológica. A essa produção oral/escrita de mulheres chamamos ‘Escrevivência’ - conceito desenvolvido por Conceição Evaristo (1996), quando da construção de sua dissertação de mestrado. Conceição Evaristo (2020) anuncia os pontos fundamentais do método: é um ato de escrita das mulheres negras; não se trata de uma escrita de si. Podemos entender Escrevivência como um exercício de tornar-se; não se trata de uma escrita encerrada no próprio sujeito, mas de uma história singular que se faz no encontro com uma *corpora* de conhecimento de outras mulheres negras. Escolha metodológica que, portanto, encontra os sentidos de racialidade, gênero e subjetivação apresentadas neste artigo.

A gênese da minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitam em nossa casa e adjacências [...] como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós era talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos [...] talvez o primeiro sinal gráfico que me foi apresentado como escrita tenha vindo de um gesto antigo de minha mãe. Ancestral, quem sabe? Pois de quem ela teria herdado aquele ensinamento, a não ser dos seus, os mais antigos ainda? (EVARISTO, 2020, p.49).

Pensando na mulher negra que ainda hoje é impedida de falar, temos o compromisso de trazer relevo ao indizível, engrossar “as vozes mudas, caladas, engasgadas nas gargantas. No ato de contar, de narrar o vivido, está a possibilidade de refletir e aprender a viver com aquilo que não “sobrou do incêndio” (MBEMBE, 2016).

Observando que, diversas vezes, essas mulheres passaram por entraves quando lhes foi necessário utilizar de seus direitos, foi sugerido que cada uma delas pudesse escrever parte de suas histórias construindo um percurso metodológico marcado pela necessidade de falar de si mesmas e construir narrativas sobre si na medida em que as narrativas escritas traziam sujeitas coletivas de uma experiência vivida: narrativas escrevíveis que tornassem visíveis as experiências epidermo-raciais, os traumas

coloniais e, principalmente, as formas de organização subjetivas e práticas de enfrentar a colonialidade e a violência racial genderizada, rompendo com um histórico de invisibilização e apagamento no tocante aos seus conceitos, opiniões e demais participações na sociedade. Nesse sentido, as vozes das mulheres negras, o compartilhamento de suas histórias, sua escrita e o poder dizer-se em primeira pessoa têm um papel decisivo na descolonização dos pensamentos e no reconhecimento de seus saberes como construção de conhecimento (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011; RIBEIRO, 2019; KILOMBA, 2019).

As mulheres narradoras das histórias, as quais trazem sentido a este artigo, contaram partes de suas vidas, fragmentos de momentos e situações que passaram ou que passaram diante delas, e em que muitas vezes se sentiram impotentes, invisíveis, desrespeitadas, ultrajadas, inferiorizadas, preteridas. Narrar suas histórias e seus percursos em direção ao hoje, produzir material teórico são formas de responder, a qualquer tempo, àqueles que as subestimaram e depreciaram, mas também uma forma de produzir conhecimento na área das relações étnico-raciais e nas demais áreas que estudam a organização e composição dessa mulher outrora invisibilizada, bem como pensar e discutir um dos temas centrais neste texto: a futuridade e sua relação com o bem viver das mulheres negras. O movimento da escrita traz as mulheres negras para o epicentro da vida em direção à criação de um novo mundo.

Seguindo este percurso, 07 (sete) mulheres são nossas narradoras (Ponciá, Zica, Ginga, Chica, Célie, Sofia e Luiza). Em virtude de proteção de suas identidades, optamos por utilizar para todas as participantes um nome fictício utilizando personagens importantes da literatura afro-americana e afro-brasileira, bem como o nome de algumas mulheres reais, de alta relevância para os movimentos de mulheres negras.

Todas foram informadas, em termo de livre consentimento enviado por e-mail, de que poderiam escolher como seriam chamadas durante a apresentação do trabalho, se divulgariam ou não suas identidades ou se preferiam somente suas iniciais antes de suas narrativas. No questionário, as participantes foram direcionadas a compor uma minibiografia contendo os dados que gostariam de dispor a respeito de si, a fim de possibilitar uma maior compreensão sobre quem são essas sujeitas.

Por meio de um roteiro simples, utilizamos uma pergunta disparadora e outras seis que foram enviadas por e-mail para as narradoras. Construimos os diálogos entre as vozes dos teóricos trazidos para a pesquisa e as das mulheres produtoras das narrativas em seus

testemunhos de vida e relatos de eventos raciais, utilizando, para isso, de associações livres que permitiram construir um em-comum, a partir das diferentes narrativas.

TRAUMA COLONIAL E BRANQUIDADE NAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS

Este subitem tem como ideia central pensar sobre o trauma/ferida colonial a partir das experiências vividas por mulheres negras. Para isso, utilizamos as narrativas de nossas interlocutoras para entender de que maneira o trauma colonial se apresenta nas experiências vividas de cada uma delas. Tomando a língua portuguesa como referência e procurando uma série de acepções do termo *trauma*, obtivemos como resultado: um evento traumático, uma lesão que impõe uma ferida, o resultado de um choque de fora para dentro do corpo que pode deixar marcas duradouras também na mente.

O primeiro ponto que destacamos é que, ao narrar suas histórias, esse momento de choque se reencena e a ferida “sangra”. Daí, podemos pensar nas somatizações apontadas pelas próprias interlocutoras.

(...) O tempo passou, os olhos foram abrindo e fui me valorizando. Comecei a sair (aos poucos) do casulo e entendendo todo esse processo da questão racial. (...) O racismo nos inibe, faz nos acharmos incapazes, nos exclui, nos responsabiliza das nossas dores e pior de tudo, nos mata. O racismo faz com que toda nossa caminhada, seja dobrada (é desleal em comparação aos brancos), pois temos que sempre provar algo. Provar que somos capazes, que não somos “bandidos”, que temos história, que temos valores e que não devemos nada a ninguém (Fragmento da narrativa de Ponciá).

Fica visível, na narrativa de Ponciá, esse processo de alienação de si como também um processo de transformação (sair do casulo) que se deve, segundo a interlocutora, ao entendimento da questão racial. Por outro lado, as narrativas das sujeitas de pesquisa vêm permeadas por seus sentimentos, por uma série de memórias ativadas pela convocação à lembrança de momentos e/ou eventos de racismo cotidiano.

Seus relatos de experiências com a discriminação, com a inferiorização, a escrutinação pública, com o aumento e sentimento de solidão, de “desencaixe”, uma grande angústia em perceber os processos de exclusão e segregação por que passam, vão trazendo às mulheres negras grande aflição e um sem-número de perguntas sem resposta. Esse fragmento encontra-se com a escrevivência de Célie quando nos diz:



Às vezes acho que é inútil e que nunca vamos sair dessa posição de subalternidade e invisibilidade na qual nos colocaram. Mas logo levanto a cabeça e me encho de esperanças. Acredito que nós mulheres pretas, somos fortes. Não no sentido de aguentarmos tudo, mas na nossa grande capacidade de lutar e resistir, pois fazemos isso desde do momento da nossa concepção (Fragmento da narrativa de Célie).

Assim, a vida dessas mulheres flerta sempre com uma não-vida, com um processo de encarceramento do EU e suas existências estão cada vez mais atreladas a uma luta por direitos e pela possibilidade de um estar no mundo livre de desumanizações e amputações de alteridades.

Célie nos lembra, tal como Lélia Gonzalez (2020), que as mulheres negras estão nos lugares de luta e de resistência, a partir do entendimento das estratégias utilizadas para a sobrevivência e a agência na sociedade racista e sexista como a nossa. Como também nos diz Lélia Gonzalez, como não lembrar a agência e das estratégias de Luiza Mahin?! E hoje, neste texto, lembramos as estratégias e resistências da própria Lélia Gonzalez ao trazer para dentro do Movimento Negro no Brasil a discussão de gênero, fazendo assim avançar o feminismo negro e suas pautas e a vida da “mulher negra anônima” (GONZALEZ, 2020, p. 64). Mas o sentido de pertencimento e de aprendizagem não é em uma única direção e, assim, Lélia Gonzalez nos lembra que a coragem e a luta diária das mulheres negras pela sobrevivência no dia a dia das favelas, das periferias, transitem a nós, “suas irmãs mais afortunadas”, a impossibilidade de recusar a luta pelo povo preto.

Destarte, nossas histórias não são comuns, nossas narradoras não são comuns, as narrativas não são sobre fatos simples; pelo contrário, elas refletem a neurose de toda uma sociedade que produz adoecimento aos negros, principalmente às mulheres negras.

Visões importantes da contação, da narração do trauma vivido são trazidas por Seligmann (2008), que, na experiência de catástrofes ou ainda na vivência de um evento traumático, se apresentam de forma a produzir um testemunho do indivíduo. Apesar de não estarmos falando especificamente sobre testemunho, o fato de nossas narradoras terem sido convocadas a contar suas histórias de vida e trabalharem na rememoração dos eventos traumáticos vividos faz com que a atmosfera de contação permita a produção de um texto que pode se configurar como o relato de uma testemunha, com uma característica apontada por Seligmann, que são os testemunhos individuais que se fundem aos coletivos.

Outro fato que queremos destacar na análise da dimensão traumática nas experiências de mulheres negras é a relação com a hegemonia da branquidade e como ela perpassa corpos e subjetividades negras. Mais uma vez Ponciá traz, em sua escrivência, essa dimensão quando coloca que:

Na minha infância e adolescência, foram as fases que mais sofri com o racismo. Percebo que ainda sofro consequências disso, ainda que em pequenas doses. (...) Por estudar em escola particular, fazia parte da minoria negra em sala de aula - mesmo sendo na baixada, tornando-me alvo fácil dos professores (BRANCOS) (Fragmento da narrativa de Ponciá).

Quando Ponciá nos traz suas lembranças da infância e da adolescência e a elas agrega o sofrimento com o racismo, podemos perceber o quanto a convivência com pessoas brancas, junto ao que elas representam como um todo (branquidade ou branquitude), pode marcar negativamente a vida de uma menina negra. Um pequeno fragmento de seu relato nos traz uma expressão chocante no tocante ao sentimento de Ponciá sobre sentir-se insegura e ameaçada na própria escola, lugar onde se espera sentir incluso e confortável, no mínimo.

Ao concluir que se tornara “alvo” fácil da tal professora, a interlocutora nos apresenta algumas das facetas do racismo expostas pela branquidade que podem ser a sensação de insegurança, o sentimento de que há uma “força”, ou ainda um grupo de pessoas que deseja destruí-la, afinal um alvo é algo que se coloca e se projeta sobre alguém ou algo que se deseja aniquilar. Aqui, podemos pensar nessa “destruição” de uma forma bastante subjetiva, no sentido de constranger, limitar, segregar esse indivíduo que tem o alvo sobre si ou se sente alvo no meio em que vive.

Desta forma, falar sobre branquidade implica investigar, ainda e neste momento, que traços dessa identidade racial branca (BENTO, 2018) operam nas desigualdades percebidas e vividas pela população negra do Brasil. A estrutura eliminatória, que faz com que uma série de pessoas estejam sempre no limiar da não-vida, de uma sub-existência, é o que move e dá sustentação a nossa sociedade como das mais desiguais do mundo. Para entender como funciona o racismo, também é necessário entender como em nosso país opera a ideia de superioridade e inferioridade. Racializar um determinado grupo, colocá-lo como diferente e destacá-lo atribuindo características negativas são formas de excluí-lo do sistema de privilégios (SCHUCMAN, 2012) que compõem uma

sociedade, retirando esse grupo ou categoria da “lista” de benefícios obtidos principalmente com o crescimento econômico de um país.

A cadeia de atitudes e sentimentos que se dará daí em diante pode ir desde sentir medo, recolher-se, exigir demais de si numa atitude perfeccionista ao extremo, mostrar uma atitude combativa e defensiva, devido ao sentimento de que está sendo observada e avaliada o tempo todo, enquanto se percebe também descartada e indesejada.

Os lugares que geralmente costumo frequentar com pessoas não negras são restaurantes, teatros e cinemas. Porém, o local que mais sinto diferença no tratamento, é no restaurante. O atendimento fornecido pelo garçom (por incrível que pareça geralmente negro), não é o mesmo aos não negros. Quando vou com meu esposo, esperamos bastante para ter a abordagem inicial, a nossa refeição demora e o atendimento geralmente não é dos melhores (Fragmento da narrativa de Ponciá).

Três de nossas narradoras apontaram se sentir desconfortáveis em locais públicos, principalmente quando estão à procura de atendimento, ou ainda em seus espaços de trabalho ou estudo. Seguem os relatos de Célie e Sofia:

(...) Se entro numa loja considerada chique, na maioria das vezes sou ignorada e quando sou atendida geralmente me oferecem o produto mais barato. Isso, quando não sou vigiada o tempo todo pelos seguranças. Na maioria das vezes sou invisível. É como se eu não tivesse naquele espaço. E quanto mais elitizado pior. A academia é um desses lugares (Fragmento da narrativa de Célie).

E ainda:

Em alguns lugares como clínicas e por atendentes que não são todas, mas, o olhar às vezes não nos é direcionado e as perguntas são feitas o mais rápido possível e num tom que é para não deixar dúvidas (Fragmento da narrativa de Sofia).

Schucman (2012) traduz de forma assertiva esse movimento quando nos coloca que

Outra consideração fundamental para se pensar a branquitude é que esta identidade racial para além de criar uma fronteira externa entre brancos e negros tem fronteiras e distinções internas que hierarquizam os brancos através de outros marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo... (SCHUCMAN, 2012, p.136).

Assim sendo, a branquitude sempre trabalha para atualizar a ideia de subalternidade das mulheres negras. Uma mulher branca num consultório é apenas uma paciente. Já uma mulher negra é uma potencial empregada. “Será mesmo verdade que

somos capazes hoje em dia de estabelecer com o negro relações distintas das que ligam o senhor ao seu criado?” - nos provoca Achille Mbembe (2018, p.22).

Grada Kilomba (2019, p.75) aponta que, no racismo, estão presentes, ao mesmo tempo, três características-chave para sua eficácia: a) a construção de/da diferença; b) valores hierárquicos; e c) poder. Nas narrativas de nossas participantes, estão explícitos momentos em que as três características apontadas foram notadas.

Um outro choque por que passa a pessoa negra é o de simplesmente poder ser invadida, analisada, escrutinada a qualquer momento, em qualquer lugar, como se fosse natural ser devassada em público, ter alguém fazendo conjecturas a seu respeito. Como se o fato de ser negra tornasse essa mulher uma clandestina em qualquer lugar, alguém que deve ser “averiguado”, alguém que não pertence a lugar algum, *uma eterna clandestina no seu próprio país*, como já nos trouxe também Célia.

Fanon (2008), quando trata da experiência vivida do negro, nos transporta para esse momento de invasão, de escrutinação por que passamos os negros:

“Preto sujo!” Ou simplesmente: “Olhe, um preto!” Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos. Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro. Seu olhar libertador, percorrendo meu corpo subitamente livre de asperezas, me devolveu uma leveza que eu pensava perdida e, extraíndo-me do mundo, me entregou ao mundo. Mas, no novo mundo, logo me choquei com a outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu. Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro(...) (FANON, 2008, p.103).

Como compreender os saberes dos povos africanos e enxergá-los para remontar um presente-futuro gerido por esses povos? O romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, nos possibilita refletir sobre através da relação Ponciá Vicêncio – Vô Vicêncio.

O primeiro homem que Ponciá Vicêncio conhecera fora o avô. (...) Ela era menina, de colo ainda, quando ele morreu, mas se lembrava nitidamente de um detalhe. Vô Vicêncio faltava uma das mãos e vivia escondendo o braço mutilado pra trás. Ele chorava e ria muito. Chorava feito criança. Falava sozinho também. O pouco tempo que conviveu com o avô, bastou para que ela guardasse as marcas dele.(...) Um dia ele teve uma crise de choro e riso tão profunda, tão feliz, tão amarga e desse jeito adentrou-se no outro mundo. (...) Ponciá Vicêncio, mesmo menina de colo ainda, nunca esqueceu o derradeiro choro e riso do avô. Nunca esqueceu que, naquela noite, ela que pouco via o pai, pois ele trabalhava lá nas



terras dos brancos, escutou quando ele disse para a mãe que vô Vicêncio deixava uma herança para a menina (EVARISTO, 2017, p.15).

Assim como Ponciá lida com a herança deixada pelo avô, as mulheres negras temos de lidar com a herança deixada por nossas ancestrais. A memória é o fio que liga esse tempo espiralar de que fala a intelectual Leda Martins, é o que possibilita a comunicação com os que vieram antes de nós. Há que se pensar a possibilidade de viver realizada naquele que virá. Essa talvez seja a perspectiva dos povos afrodiáspóricos: viver em plenitude a herança ancestral.

VESTÍGIOS E MEMÓRIAS - MULHERES NEGRAS, BEM VIVER E FUTURIDADE

A memória é conceito caro e também base das epistemologias africanas. Como seres originados dos povos africanos, há uma série de fatores, condições, saberes que nos ligam à nossa ancestralidade. O conhecimento, cosmologia e a cosmogonia africanas estão presentes nos descendentes dos africanos em diáspora, mas também podem ser encontrados quando das experiências metafísicas a que podem estar ligados os descendentes em diáspora. Talvez as linguagens e línguas existentes não estejam preparadas para explicar tudo o que foi forjado por meio de nossa memória. Exatamente por isso, pelo fato de as linguagens coloniais ainda trabalharem para calar o sujeito negro e destituí-lo de sua humanidade, que as linguagens e saberes afrodiáspóricos se apresentam de forma codificada, “permitindo” o acesso dos povos que as criaram e de seus herdeiros.

A voz roubada de nossos ancestrais encontra frestas, busca as fendas e fechaduras dos grilhões do passado-presente e torce a realidade em busca da tão sonhada liberdade que nos é de direito. Como Anastácia, mãe do povo negro, voz da insubmissão do oprimido, instauramos na terra a recusa em usar novamente a máscara de flandres e espalhamos entre os nossos o desejo de gritar e conjurar outra era. Anastácia, mulher que teve a voz sequestrada, há tempos fala pela boca de seu povo.

Escutar e aprender com as vozes das mulheres negras apresentadas aqui nos remete a um sentido de bem-viver como pertencimento e “força vital”, que teóricos das culturas africanas chamam de “visão negro-africana do mundo”, que tem como um dos princípios o lugar de resistência e de agência das mulheres negras (PADILHA, 1995).

Não estamos com isso substancializando essa força e o processo de subjetivação, mas reconhecendo e aprendendo com a experiência vivida do povo negro em nossa história, em que as mulheres negras performam essa “força vital” do “tornar-se negra”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte (MG): *Letramento*, 2018.

ALMEIDA, Silvio. História da discriminação racial na educação brasileira. Escola da Vila, 2018. YouTube (1h48m06s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gwMRRVPl_Yw&t=4349s Acesso em 13 jun de 2019.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima & NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro, RJ: *Mina Comunicação e Arte*, 2020^a.

EVARISTO, Conceição. (2020b). Da Grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima & NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 48-54). Rio de Janeiro, RJ: *Mina Comunicação e Arte*.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. 3a edição. Rio de Janeiro: *Pallas*, 2019.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: *EDUFBA*, 2008.

FLOR, Cauê., KAWAKAMI, Erica. & SILVÉRIO, Valter. Tornar-se sujeito afro-diaspórico: working with Du Bois, Frantz Fanon e Stuart Hall. *Contemporânea*, 10(3), 1289-1322, 2020.

GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da diversidade. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Juiz de Fora: *Editora UFJF*, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A mulher Negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. IN: RIOS, Flávia; LIMA, Monica. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro: *Zahar*, 2020, p. 49-64

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. *Comunicação & Cultura*, n.1, 2006.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, p. 193-210, 2015.

hooks, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Libânio. 4^a ed. Rio de Janeiro: *Rosa dos Tempos*, 2019.

hooks, bell. Vivendo de amor. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe, v. 2, p. 188-198, 2000.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. – 1.ed. – Rio de Janeiro: *Cobogó*, 2019.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo tela. Rio de Janeiro, *Cobogó*, 2021.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Quando o poder brutaliza o corpo, a resistência assume uma forma visceral. (entrevista traduzida para o português), 2016. Disponível em: https://www.eldiario.es/interferencias/achille-mbembe-brutaliza-resistencia-visceral_132_3941963.html# Acesso em 14/07/22 às 21:00

PADILHA, Laura Cavalcante. Entre Voz e Letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niterói: *EDUFF*, 1995.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 6, n. 13, 2014.
SILVA, Denise Ferreira da. A dívida impagável. A Casa do Povo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

Recebido em: 15/07/2022

Aprovado em: 18/10/2022